



## Demarcações no campo da ciência da economia

Eleutério F. S Prado<sup>1</sup>

### Introdução

Neste ano de 2017 comemora-se os 150 anos da publicação inaugural do livro I de *O capital – Crítica da Economia Política*. Como se sabe, essa primeira parte da obra magna de Karl Marx veio à luz em Hamburgo, em 1867, sem que o autor a tivesse completado como um todo – o que, aliás, como também bem se sabe, ele nunca chegou a fazê-lo. A ocasião é, pois, oportuna para perguntar mais uma vez em que consiste a contribuição seminal de Karl Marx para o desenvolvimento da ciência da economia e não apenas da Economia como ciência<sup>2</sup>. Trata-se de perguntar, portanto, como esse autor, trabalhando na crítica da economia política, desvelou para os interessados este sistema de produção que se afigura bem misterioso, além de altamente complexo, dinâmico, progressivo e disruptivo: o sistema econômico da relação de capital.

Aposta-se aqui que uma boa resposta a essa pergunta possa ser encontrada investigando a questão da demarcação de subcampos no campo da ciência da economia, tomando estacomo um todo ao qual não faltam divergências internas. E a metáfora espacial não deve enganar fazendo supor que esses subcampos estão simplesmente disjuntos, que eles não conversam entre si senão como quase-surdos, pois, mesmo ao se distinguirem uns dos outros e se fecharem até certo ponto em si mesmos, fazem referência ao mesmo objeto do conhecimento. O próprio Marx, um autor que nunca renunciou à perspectiva da totalidade, estabeleceu também, ao seu tempo, uma demarcação que perdurou para além do seu próprio momento histórico. Eis que ela, além de delimitar subcampos no campo da ciência econômica, revela certa característica marcante do próprio modo de produção capitalista.

---

<sup>1</sup> Professor titular aposentado da FEA/USP. Correio eletrônico: [eleuter@usp.br](mailto:eleuter@usp.br); blog na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

<sup>2</sup> “Economia como ciência”, eis o nome por meio do qual ficou conhecida a tese de livre-docência do autor deste artigo, defendida no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Paulo, ao ser publicada na forma de livro, em 1991. O título do artigo que aqui se apresenta tem, portanto, um caráter rememorativo, mas também crítico. O campo da ciência da economia é mais amplo do que o campo da Economia como ciência. Eis que ele inclui também a crítica da economia política. De qualquer modo, este escrito vem para dar um novo acabamento àquele estudo inaugural de uma linha de pesquisa que privilegia a questão metodológica. Pois, se tem agora a aguda consciência de que aquela compreensão do campo dessa ciência permaneceu de certo modo incompleta. E a razão dessa carência e da demora para eliminá-la vem do fato de que há trinta anos atrás aquele que aqui escreve tinha um conhecimento ainda precário do método de Karl Marx.



À saber, ele distinguiu a economia política clássica da economia vulgar. A primeira, “investiga o nexos interno das condições de produção burguesas”, enquanto que a segunda “apenas se move dentro do nexos aparente (...) fornecendo um entendimento plausível dos fenômenos”. Nessa contraposição, é evidente, o conhecimento está indissolúvelmente ligado à prática – e esta, como se sabe, pode ser meramente reprodutiva ou, alternativamente, pode conter elementos críticos e transformadores, em maior ou menor profundidade.

Pois, a boa economia – que, como tal, tem de escapar da perspectiva medíocre do saber instrumental – procura de algum modo compreender como se põem e, assim, repõe-se si mesma a sociabilidade capitalista. Já a economia vulgar “limita-se, de resto, a sistematizar, pedantizar e proclamar como verdades eternas as ideias banais e presunçosas que os agentes da produção burguesa forma sobre o seu mundo, para eles o melhor possível” (Marx, 1983, p. 76). Ora, essa demarcação será aqui retomada porque, além de esclarecer como a teoria econômica se oferece em geral, abre a possibilidade de compreender também, de maneira metodológica, a contribuição própria de Marx.

Note-se nesse momento introdutório que a demarcação em geral não apenas discrimina, delimita, circunscreve compreensões, mas também nunca deixa de ser um esforço crítico. Pois, para separar de algum modo as correntes de pensamento econômico segundo a sua capacidade explanatória, compreensiva ou crítica do movimento do próprio sistema econômico é necessário e mesmo imperativo introduzir critérios de adequação ou de veracidade ou mesmo de verdade. E esses qualificativos que aqui se arrola um depois do outro não são, por um lado, equivalentes entre si e, por outro, não se arvoram como ingênuos ou sem importância – ao contrário, eles definem de certo modo a própria natureza da crítica. A questão envolvida nessas opções, entretanto, não será decidida aqui por meio de uma dissertação que arranha noções no campo da epistemologia. Opta-se por tratá-la por meio de uma exposição que contempla e se concentra em certos esforços de demarcação encontrados na ciência da economia, e que se afiguram comorelevantes.

Há possivelmente outros modos de abordar a questão, mas neste artigo vai-se trabalhar com apenas três empenhos de demarcação, os quais não cobrem a ciência econômica em geral, mas são capazes de estabelecer os contornos de algumas correntes significativas, as quais se caracterizam por competir pela hegemonia na compreensão do sistema econômico como um todo, não só no plano teórico, mas também no plano político – na verdade, neste último sobretudo. Para tanto, examina-se, em sequência, a demarcação pós-keynesiana de Marc Lavoie, a



demarcação “clássica” tal como proposta por Anwar Shaikh e a demarcação marxiana que, evidentemente, foi criada por Karl Marx.

Uma questão estará subjacente ao esforço que se segue e ela versa sobre um ponto crucial: teorização enquanto tal formula representações do sistema econômico ou busca apresentá-lo na forma de conceito. O conhecimento como representação pressupõe um distanciamento insuperável entre o ser e o pensamento. Assim, aquilo que é está permanece apenas uma referência externa do pensar. Este último, em consequência, é apenas capaz de apreendê-lo ao seu modo, segundo cânones próprios, pois está regido pela lógica formal. Já o conhecimento como conceito vê-se a si mesmo como superação desse distanciamento e, assim, como superação da busca pela certeza subjetiva. Eis que procura a concordância da lógica de seu saber às determinações do próprio objeto, não o compreendendo, porém, como algo que apenas se move, mas como um objeto que se encontra sempre em processo de devir. Segue, por isso, o método dialético.

### **Demarcação pós-keynesiana**

*A Economia é uma ciência em que se pensa por meio de modelos, como também uma arte de escolher modelos que sejam relevantes para o mundo contemporâneo* (Keynes, 1973, p. 296)

Marc Lavoie, um importante economista pós-keynesiano, para demarcar o campo da Economia como ciência, julga simplesmente que “há duas comunidades de economistas, a dos heterodoxos e a dos ortodoxos” (Lavoie, 2014, p. 10). Crê, ademais, que é possível identificar as características desses dois grandes “programas de pesquisa” nomeando as “crenças metafísicas” que os sustentam, ou seja, certas concepções gerais que dizem respeito à natureza e à estrutura da realidade. Eis que “os economistas ortodoxos e heterodoxos” – segundo ele – “não compartilham da mesma ontologia” (Lavoie, 2014, p. 11).

Embora marxistas, institucionalistas, estruturalistas, evolucionistas, seguidores da sócio-economia, das escolas francesas da regulação e do circuito monetário, raffianos e pós-keynesianos tenham opiniões diferentes sobre diversos tópicos (...) acredito que mantêm em comum certas crenças metafísicas, as quais antecedem os elementos que constituem o ‘núcleo duro’ de suas teorias. (...). Esses economistas heterodoxos estão unidos por algo mais do que lhes desagrade na teoria neoclássica. Se desgostam da teoria econômica ortodoxa é precisamente porque ela exsuda pressuposições que contrariam as crenças metafísicas que mantêm” (Lavoie, 2014, p. 11).



Note-se, agora, que a epígrafe acima posta clarifica também a demarcação pós-keynesiana. Pois, o subcampo heterodoxo, segundo o proponente dessa classificação dicotômica, engloba “diversas teorias e escolas de pensamento, mas cada teoria entretém muitos modelos” (Lavoie, 2014, p. 11). Será, porém, que o critério “pensar por meio de modelos” é comum e, portanto, considerado como válido em geral, ao pensamento que se debruça sobre econômico como um todo? Pretende-se aqui responder a essa pergunta de um modo cabal, mas por enquanto é preciso acompanhar a argumentação de Marc Lavoie.

Veja-se que assim se formam apenas dois grandes subcampos no campo da ciência econômica e que ela própria se encontra de certa maneira unificada, pois sempre se apreende aí o sistema econômico por meio de modelos. Tomando a própria teoria neoclássica como critério de demarcação, o autor pós-keynesiano aqui compulsado pensa que pode delimitar o campo heterodoxo apenas por negação de certas características dessa teoria que, como se sabe, domina o imaginário teórico da grande maioria dos economistas. Para tanto, Lavoie apresenta numa tabela cinco características diferenciais, as quais, segundo ele, separam a teoria neoclássica de todas as outras teorias que, de um modo ou outro, dela se afastam, formando assim o campo heterodoxo. Essas cinco características são, então, dispostas nos planos da ontologia, da racionalidade, do método, do foco econômico e do foco político.

Pressuposições	Heterodoxia	Ortodoxia
Ontologia	Realismo	Instrumentalismo
Racionalidade	Limitada e consistente com o ambiente	Otimizadora e adequada ao modelo
Método	Holismo, organicismo	Individualismo, atomismo
Foco econômico	Produção, crescimento, abundância	Troca, alocação, escassez
Foco político	Mercados regulados	Mercados desregulados

O primeiro critério elencado, segundo Lavoie, é o mais importante de todos; eis que ele diz respeito ao caráter da representação teórica. A heterodoxia, segundo ele, é realista, pois as suas teorias visam sempre apreender e representar



características que pertencem verdadeiramente ao objeto investigado. Já a ortodoxia é instrumentalista, pois acolhe ficções como teorias desde que elas sejam capazes de produzir predições que possam ser consideradas válidas e, portanto, úteis.

A primeira posição foi enfaticamente proposta por Milton Friedman como uma defesa metodológica explícita da teorização neoclássica. Ela é também conhecida como a doutrina “as if” porque postula que a teoria relevante não precisa respeitar as determinações reais do objeto estudado, mas apenas funcionar bem no sentido de prever o seu comportamento. Segundo esse autor, à boa teoria não convém mesmo que procure ser realista já que ela, inexoravelmente, é sempre uma construção artificial, abstrata e imaginária. Em contraposição a essa posição metodologicamente cinica, os heterodoxos todos se esmerariam para construir modelos com premissas que não sejam “arbitrárias, notoriamente falsas, não confirmáveis por testes, idealizadoras, exageradas, excessivamente simplificadoras, implausíveis ou praticamente irrelevantes” (Lavoie, 2014, p. 13).

Em resumo, para os economistas heterodoxos afigura-se necessário que a teoria busque representar como fidelidade os mecanismos causais que operam no mundo real e não apenas que ela seja capaz de reproduzir de modo *ad hoc*, por meio de proposições condicionais, determinadas conjunções de eventos. Alguns autores pós-keynesianos, admitindo mesmo que essas conjunções são de difícil observação ou mesmo factualmente raras, sugerem que a análise econômica deve ter por propósito não apenas coletar os nexos causais evidentes, mas deve procurar apreender os mecanismos causais implícitos que engendram os fenômenos aparentes do mundo real (Lawson, 1997). De qualquer modo, a tese positivista de que a Economia é uma ciência que pensa por meio de modelos, reaparece aqui de modo atenuado porque se privilegia ainda os nexos causais eficientes ou motrizes, os assim chamados mecanismos. Eis que são as relações de causa e efeito – e não apenas as correlações – aquilo que os modelos visam articular em geral por meio das funções matemáticas.

Como já fora notado por um velho crítico da ciência burguesa, a cientificidade assim concebida articula-se sempre segundo uma diferença que permanece sempre “pressuposta: a diferença entre a realidade empírica e a forma teórica” (Badiou, 1972, p. 9). Uma é dada; a outra, construída, modelada.<sup>3</sup> Nesse

---

<sup>3</sup> Mas, o que é afinal modelo? Segundo Badiou, na perspectiva da ciência positiva, “modelo é o objeto artificial que fornece a racionalidade de todos os fatos empíricos considerados” (Badiou, 1972, p. 26). E, por racionalidade, deve se entender aqui justamente a articulação causal-mecânica de tais fatos no plano do pensamento.



sentido, é inexorável que a própria imagem da ciência se duplique, pois, por um lado, ela quer ser ciência empírica e, por outro, quer também ser ciência formal. Caso o formalismo queira respeitar as características manifestas do objeto, ele é dito realista; caso, por outro lado, ele deseje apenas reproduzir o seu encadeamento empírico, apresenta-se meramente como saber instrumental.

Segundo os autores pós-keynesianos, o realismo adotado por eles exige que os economistas heterodoxos adotem uma abordagem mais holística na compreensão do sistema econômico. Enquanto os economistas ortodoxos, na construção de seus modelos, partem só dos indivíduos tomando-os como se fossem átomos isolados, seres centrados em si mesmos que dispõem de conhecimento perfeito e, por isso, são capazes de otimização, os seus adversários costumam tomar os indivíduos como seres sociais que têm conhecimento limitado, que interagem entre eles mesmos como base em instituições igualmente sociais, isto é, convenções explícitas ou regras subconscientes. Enquanto os primeiros pensam os indivíduos de modo altamente abstrato como consumidores, poupadores e investidores heroicos, os segundos os enxergam como componentes de classes sociais, ou seja, como trabalhadores, capitalistas, banqueiros, etc.

Ademais, enquanto a questão central dos economistas neoclássicos é a alocação de recursos escassos entre fins alternativos, os heterodoxos se preocupam fortemente com a questão da má repartição da renda e da insuficiência da demanda efetiva. Pois, se os primeiros pressupõem desde o início que o sistema econômico é inerentemente eficiente no uso dos recursos disponíveis e eficaz em seu funcionamento voltado para a otimização, os seus antagonistas admitem que ele tem disposição inerente para não empregar plenamente os fatores de produção, isto é, máquinas, instalações e força de trabalho, assim como para gerar distorções distributivas que entravam o crescimento econômico. A construção neoclássica sugere que o sistema econômico é uma máquina maravilhosa que, pela própria força e desígnio das firmas atomísticas e da competição perfeita, gera inexoravelmente o ótimo de Pareto. Já a construção teórica dos economistas heterodoxos prevê que as firmas se encontram organicamente interdependentes e competem num ambiente de incerteza. Enquanto uns privilegiam, portanto, a consistência de comportamento agregado dos agentes econômicos, os outros, nessa ordem, enfatizam a existência de paradoxos macroeconômicos, isto é, de falácias de composição.

Para fazer com que os seus modelos funcionem adequadamente, os economistas ortodoxos têm de dotar os agentes econômicos formais de uma racionalidade cognitiva e decisória superlativa – mesmo se esse pressuposto se



afigura altamente irrealista ou mesmo absurdo. “Após a revolução das expectativas racionais” – diz Lavoie – “o único tipo de racionalidade admissível para os macroeconomistas ortodoxos tornou-se aquele que é consistente com o próprio modelo, a qual também se pode denominar de ilimitada” (Lavoie, 2014, p. 15). Dito de outro modo, o pressuposto de racionalidade que adotam não se deriva da observação do comportamento dos agentes econômicos reais, mas devém exclusivamente da própria lógica do modelo.

Para que o equilíbrio de ótimo seja obtido, os agentes econômicos, concebidos por meio da imaginação explanatória que voou do sublunar para o mundo lunar, têm de conhecer todas as determinações e todas as contingências, do momento presente e da eternidade, eles têm de saber como funciona o próprio modelo em que atuam. Ao contrário, os economistas heterodoxos, segundo a demarcação pós-keynesiana, sabem sempre que os agentes econômicos reais vivem no mundo sublunar em que a informação é escassa e o conhecimento é limitado. “Os agentes econômicos, segundo essa última visão, vivem num ambiente em que falta a informação relevante, que está lotado de informação não confiável e que, por isso mesmo, têm de seguir regras simples para tomar decisões sem grande perda de tempo e de recursos” (Lavoie, 2014, p. 16).

#### **A demarcação “clássica”**

*Tudo o que se obtém (...) pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital se divide entre três classes da sociedade (...) Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política*  
(Ricardo, 1982, p. 39).

Segundo Anwar Shaikh em sua obra magna *Capitalismo*, a demarcação pós-keynesiana está fundada numa dualidade fenomenológica que o próprio sistema econômico apresenta sem cessar. Por um lado, é notório que ele tem uma certa ordem, uma determinada coerência que se manifesta como crescimento econômico, elevação da produtividade, aumento da riqueza material e do bem-estar; por outro, é também patente que esse mesmo sistema econômico contém uma desordem inerente já que produz pobreza ao lado da abundância, desenvolvimento ao lado do subdesenvolvimento, passa constantemente por booms, estouros e crises. Ambas essas aparências, portanto, são reais.

Diante desse quadro contraditório, os economistas ortodoxos enfatizam a ordem, purgando dele a desordem. “A ordem sistêmica percebida é reformulada como capacidade dos mercados de chegar ao ótimo, por meio de uma mão invisível



sempre mais perfeita. Essa capacidade é então projetada de cima para baixo nos atores econômicos, isto é, nos agentes ditos representativos, de cujas escolhas superlativamente racionais, então, ela própria é dita se derivar” (Shaikh, 2016, p. 4). Ora, os economistas keynesianos, em especial os pós-keynesianos, diante do mesmo quadro, enfatizam a desordem, as ineficiências, as desigualdades, os desbalanceamentos, em detrimento da ordem. Em consequência, “no lugar da competição perfeita, tem-se a competição imperfeita; ao invés de pleno-emprego, tem-se permanente desemprego. O que resulta do operar dos mercados parece, então, estar condicionado aos eventos históricos, políticos, culturais e, sobretudo, ao poder: poder dos oligopólios, o poder de classe e, naturalmente, o poder do Estado” (idem, p. 4).

Após apresentar essa divergência de “visões”, Shaikh não pode deixar de sugerir uma avaliação crítica do critério de demarcação apresentado resumidamente na seção anterior. Ele se constrói – é certo – como um dilema epistemológico que tem evidentes repercussões ontológicas, porém, apesar disso, encontra-se assentado numa mesma ruptura analítica, numa mesma dicotomia, cujos lados não deixam de rebater um no outro:

A ironia – diz ele – é que ambos os lados acabam vendo a realidade por meio de uma lente ‘imperfeccionista’. Os neoclássicos começam por uma base perfeccionista para introduzir, depois, imperfeições que modificam de modo supostamente apropriado a teoria subjacente. Os economistas heterodoxos geralmente aceitam a visão perfeccionista como adequada num estágio anterior ou ideal do capitalismo, mas argumentam que as imperfeições são regra geral no mundo moderno. Em ambos os casos, as duas abordagens servem para proteger e preservar um fundamento teórico básico, o qual permanece como ponto de partida necessário e referência primária de uma lista sempre crescente de desvios postos pelo mundo real” (Shaikh, 2016, p. 4).

A dualidade apresentada por Shaikh tem notoriamente um fundamento no fato de que tanto neoclássicos quanto keynesianos e pós-keynesianos pensam o sistema econômico capitalista a partir da esfera da circulação mercantil, como se esta, em sua simplicidade de economia de troca de bens e serviços, mediada eventual ou necessariamente pelo dinheiro, pudesse ser apresentada sob a luz de modelos de equilíbrio. E estes, enquanto tais, põe a ordem, a harmonia, a perfeição. De qualquer modo, a referência ao pleno-emprego, que é comum a ambas, indica que perscrutam, positiva ou negativamente, um ponto luminoso comum. Não do mesmo modo, é claro: ou para afirmá-lo ou para negá-lo. Para a economia neoclássica, a ordem está já posta em princípio no funcionamento espontâneo dos





mercados; para os keynesianos em geral, a ordem pressuposta pode apenas vir a ser posta, também em princípio, por meio da atuação reguladora do Estado.

Em consequência, as políticas econômicas que essas correntes de pensamento econômico recomendam, mesmo tendo o mesmo fim último (abonar o capitalismo), não podem deixar de se mostrarem divergentes: os primeiros indicam, grosso modo, “menos interferência do Estado” e os segundos aconselham, também grosso modo, “mais regulação do Estado”. Em suma, aquilo que “os economistas neoclássicos prometem por meio do funcionamento da mão invisível dos mercados, os economistas keynesianos e pós-keynesianos prometem pela via da mão visível do Estado” (Shaikh, 2016, p. 4).

Diante desse quadro dilemático, Shaikh propõe uma alternativa que também parte da descrição fenomenológica acima delineada, mas não se apega unilateralmente seja à ordem seja à desordem na formulação da teoria. Ao contrário, acolhendo resultados contemporâneos da teoria da complexidade, ele sugere que a boa teoria econômica deve pensar a ordem sistêmica como uma ordem que é gerada em e por meio de continua desordem. Para ele, portanto, o sistema econômico realmente existente tem como propriedade imanente uma certa capacidade da auto-organização, a qual não pode ser apreendida como perfeita ou imperfeita. Eis que essa disjuntiva só tem sentido se o equilíbrio é tomado como um ponto de repouso e fulcro do sistema; ora, esse autor admite que, assim concebido, ele é apenas uma miragem que aparece no campo da teoria econômica tradicional. Fugindo dela, é assim que ele próprio descreve a dialética fenomenológica do sistema econômico que está aí e que, como tal, aparece diante dos olhos dos economistas enamorados do capitalismo:

Separar a ordem da desordem teoricamente, ou mesmo meramente enfatizar uma em relação a outra, é perder a visão de sua intrínseca unidade, assim como também dos fatores verdadeiros que dotam esse sistema de certos padrões subjacentes. Eis que, porém, ordem não é sinônimo de funcionamento ótimo, e desordem não significa ausência de ordem. Ordem em e por meio da desordem é uma força não sensível, intrínseca, que molda tanto as expectativas quanto as preferências. Ora, essa imanência é precisamente a fonte do vigor do sistema (Shaikh, 2016. p. 5).

O sistema econômico enquanto um sistema complexo mora longe e fora do equilíbrio que apenas existe, em cada momento, como ocorrência possível que tem, no entanto, probabilidade nula de ocorrência. Enquanto tal, ele apresenta certos padrões de organização que se mantêm no curso da história e que podem ser observados em múltiplos momentos temporais e regionais. Shaikh acredita que grande parte dos fenômenos da economia capitalista real pode ser explicada por



meio de um conjunto restrito de princípios motores, os quais, aliás, almeja apresentar em sua obra aqui compulsada.

Generalizando uma tese central dos economistas clássicos, afirma então que muitas variáveis econômicas gravitam em torno de centros de atração e repulsão que estão também sempre em processo de deslocamento. Como esses centros não podem ser pensados como locais de repouso, para pensar adequadamente o próprio sistema é-se obrigado a ir do “paradigma do equilíbrio” para um outro, o qual ele denomina de paradigma da “regulação turbulenta”. Eis que, por meio de processos que se afiguram superficialmente só como anárquicos, geram-se, sim, quase-regularidades, mas estas, por não serem monótonas, assumem a forma de “padrões recorrentes”. E esses padrões – é bem notório – aparecem, por exemplo, nos preços das mercadorias, nas taxas de lucro, nas taxas de juros, no preço das ações, etc.

A chave para entender a existência de tais padrões recorrentes no comportamento das variáveis econômicas em geral é notar que elas estão submetidas a tendências gravitacionais. Os preços das mercadorias, por exemplo – como já sabiam os economistas clássicos –, oscilam em torno de valores centrais que parecem definidos pelas próprias médias desses mesmos preços colhidos num intervalo de tempo adequadamente longo. E eles resultam, como foi sempre bem evidente, da concorrência de enxames de vendedores e compradores que operam, movidos pelo interesse próprio, cada um somente por si mesmo. Se todos eles buscam diferentes valores de uso, orientam-se todos, igualmente, pela obtenção da máxima vantagem monetária na operação mercantil. Em consequência, ao invés desse processo produzir o caos, ele produz uma ordem porque as diferenças nos preços realizados nos mercados tendem a ser minimizadas, mesmo se flutuam sistemicamente. Ao mesmo tempo, os preços centrais que funcionam como atratores estão submetidos a determinadas forças estruturais, dadas a saber pela produtividade do trabalho, pela tendência à igualação da lucratividade entre os setores econômicos, pela eliminação dentro desses setores dos capitais mais fracos, etc.

Se a demarcação pós-keynesiana está assentada na circulação mercantil, a demarcação proposta por Anwar Shaikh como originária da economia clássica está baseada na produção de capital e, portanto, na acumulação de capital. E isto se manifesta pelo fato de que ele dá enorme importância ao que denomina de “motivo lucro”. Este último, segundo ele, orienta tanto o comportamento das unidades de produção no processo da concorrência, isto é, as suas escolhas tecnológicas, organizacionais, de emprego, etc. quanto determina o seu comportamento conjunto, isto é, o investimento macroeconômico e, por meio dele, o crescimento, o



emprego agregado, os ciclos econômicos e mesmo a inflação. E essa centralidade da acumulação, assim como a tese daí derivada de que a lucratividade regula o investimento e o crescimento, implica, ainda segundo ele, que a interação da oferta e da demanda agregadas não pode ser compreendida como produto de duas forças distintas tal como ocorre nas teorias econômicas ditas ortodoxas e heterodoxas; ao contrário, como nessa perspectiva a fome de lucros regula tanto uma como a outra – eis que ajusta anarquicamente a produção, a repartição e mesmo o consumo –, chega-se a uma dinâmica macroeconômica que não é “neoclássica, keynesiana, kaleckiana ou harrodiana, mas sim, fundamentalmente, clássica” (Shaikh, 2016, p. 6).

Como já foi mencionado, a demarcação examina nesta seção está fundada no princípio da regulação turbulenta e este, por sua vez, advém de uma compreensão da concorrência capitalista como concorrência de capitais. Como se trata de uma luta de capitais particulares pela apropriação de excedente, na forma do lucro, do juro e mesmo da renda da terra, Shaikh escolhe denominá-la de “concorrência real”. Assim, ele a distingue da concorrência de agentes racionais perfeitos ou imperfeitos que se apresenta, similarmente, como perfeita ou como imperfeita. “O princípio da regulação turbulenta tem as suas raízes no método de Smith, Ricardo e, particularmente, no de Marx, para quem as “leis de movimento” são princípios reguladores que atuam eles próprios por meio de tendências e contra-tendências” (Shaikh, 2016, p. 7).

### **Demarcação Marxiana**

*Toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 2017, p. 880).*

A afirmação de Marx que serve de epígrafe para essa seção parece valer para a ciência em geral, mas isto não pode esconder o fato de que a sua ciência tem por objeto uma esfera que tem características muito próprias. Como se sabe, ela visa o modo de produção capitalista e este, que se desenvolve anarquicamente no curso da história, nunca deixa de se mostrar muito complexo e particularmente enigmático. Formado por uma estrutura de relações de produção, encontra-se posto concretamente por meio de uma superestrutura de instituições que cobrem desde as normas de comportamento individual até o Estado. Ademais, por comprometer os seres humanos em geral aí posicionados com o seu funcionamento turbulento e desabalado, esconde deles os seus próprios fundamentos. Por isso, a ciência que o autor de *O capital* busca desenvolver é, ao mesmo tempo, saber do objeto enquanto



tal e crítica de ideologia, isto é, do pensamento que quer apreender apenas a aparência desse objeto.

Trata-se, pois, de ciência se afirma porque é capaz de fazer a crítica da economia vulgar. Esta última cientificidade, segundo ele, por se sentir em casa diante das formas alienadas das relações sociais constituintes do capitalismo, nunca quer mais do que apreendê-las enquanto tais. De maneira convergente, pois, com a orientação pragmática inerente ao modo de vida assim instituído historicamente, ela quer colher sob a forma de teoria dedutiva principalmente as concatenações de causa e efeito discerníveis que aí aparecem e que nunca ofendem o entendimento comum. É bem evidente que a distinção separadora entre realidade empírica e forma teórica anteriormente aludida é inerente a tal procedimento científico. É bem evidente, também, que essa orientação científica, ao mesmo tempo rasante e idealizante, costuma se orgulhar sem mediatante de seu empirismo quanto de seus modelos, mesmo se opera com noções equivocadas e mesmo esdrúxulas.

É preciso ver que a citação crucial aludida na introdução deste artigo encontra-se numa nota de rodapé do primeiro capítulo de *O Capital* em que Marx procura distinguir a sua própria ciência da economia política clássica. Esta última não é tratada como vulgar porque ela não quer apreender apenas aos nexos externos entre os fenômenos, mas avança também na compreensão da própria sociabilidade capitalista. Porém, segundo o próprio Marx, essa grande realização do pensamento burguês não foi muito longe nessa tarefa que reputava como central.

Mesmo os melhores economistas clássicos, em particular Smith e Ricardo, se foram capazes de descobrir que o trabalho é a fonte do valor, não conseguiram compreender bem o que ele próprio designa por “forma valor”. Eis que “tratam a forma valor como algo totalmente indiferente ou como algo externo à própria natureza da mercadoria” (Marx, 1983, p. 76). Isto é, não compreendem a forma valor como forma de uma relação social inerente ao capitalismo e, portanto, como uma determinação inerente à forma mercadoria – forma elementar da riqueza no modo de produção capitalista. Ao contrário, tratam o valor como se ele fosse algo natural, mera expressão do tempo de trabalho médio gasto na produção de valor de uso, tomando inclusive o trabalho como trabalho em geral, sem respeitar as épocas históricas. Nesse sentido, confundem o trabalho criador de valor com o trabalho enquanto modo humano de apropriação da natureza em todas as fases do desenvolvimento da sociedade humana, incluindo aí tanto o caçar e o pescar em condições primitivas quanto o produzir nas fábricas modernas.

A razão não é apenas que a análise da grandeza de valor absorve totalmente a sua atenção. É mais profunda. A forma valor dos



produtos do trabalho é a forma mais abstrata, contudo também a forma mais geral do modo burguês de produção, que por meio disso se caracteriza como uma espécie particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo historicamente. Se, no entanto, for vista de maneira errônea como a forma natural eterna de produção social, deixa-se também necessariamente de ver o específico da forma valor, portanto da forma mercadoria, de modo mais desenvolvido da forma dinheiro, da forma capital etc. (Marx, 1983, p. 86).

Neste momento do artigo, havendo tomado consciência da crítica de Marx à própria economia política clássica, é preciso ver que se chegou a um ponto de pulo: se a ciência de Marx busca compreender sobretudo a sociabilidade que se representa nas formas quantitativas, ou melhor, reificadas da aparência, ela própria não pode se pôr como mais uma representação do funcionamento do sistema econômico. Ela não disputa com as outras uma prova para ver quem mostra mais fielmente e melhor as conexões causais que embalam o sistema e que, eventualmente, podem ser observadas empiricamente. Ora, é preciso ver também que essa exigência metodológica ultrapassa a pretensão de que é preciso apreender teoricamente – e por meio de modelos realistas – a complexidade inerente turbulenta do sistema econômico, tomado este como um sistema engendrado em torno do evoluir da relação de capital.

A ciência marxiana não quer ter apenas o atributo do realismo, do saber que respeita as características aparentes do que deseja apreender teoricamente, mesmo porque essa demanda pressupõe já que há uma distância considerável entre o saber e o seu objeto. E, em razão mesmo desse alheamento, o primeiro nunca deixa de ser um instrumento para chegar ao segundo, para apreendê-lo apenas como apontado em que ocorrem fenômenos. Diferentemente, a ciência marxiana quer superar o horizonte da certeza subjetiva possível, isto é, o saber meramente representativo, pois este, por mais justo que possa ser, permanece externo (e alienado) ao objeto do conhecimento. Ela quer fazer a exposição do objeto segundo o método dialético, isto é, proceder “a explicitação racional imanente do próprio objeto sob a exigência de só nela incluir aquilo que foi adequadamente compreendido” (Müller, 1982). A exposição enquanto tal, portanto, começa por um momento abstrato do objeto, caminha pouco a pouco rumo ao concreto por meio da adição sucessiva de determinações do próprio objeto, para chegar a apreendê-lo como totalidade ao fim de uma longa jornada.

Por “exposição” nessa última sentença do parágrafo anterior se entenda tecnicamente o modo de apresentar o objeto como conceito conforme o sentido que lhe deu Hegel: “o conceito [é] o próprio si do objeto, que se apresenta como seu



devir, não [como] um sujeito em repouso que sustenta imóvel os acidentes; eis que o conceito é o que se move e retoma em si suas determinações" (Hegel, 1980, p. 33).

Mesmo ao se afastar da metafísica do espírito absoluto, Marx segue ainda (com diferenças) o método da exposição tal como fora posto por Hegel. Ele busca inverter materialistamente a dialética hegeliana, compreendendo, entretanto, o capital como conceito. Parte da contradição fundamental inscrita já na mercadoria entre o valor de uso e o valor, para apresentar criticamente, passo a passo, de um modo progressivo, mas retomando sempre o que fora já apresentado para melhor determiná-lo e enriquecê-lo, as contradições do capital. Se a mercadoria é precisamente o momento mais abstrato, o capital, entendido como "sujeito automático", é o motor do modo de produção capitalista. É com esse propósito que apresenta em sequência o processo de produção de capital (Livro I), o processo de circulação de capital (Livro II) e o processo global da produção capitalista (Livro III).

Enquanto Hegel expõe na *Ciência da Lógica* o espírito divino em seu impulso infinito de auto-realização no tempo cósmico, Marx apresenta em *O capital* a lógica de reprodução de uma relação de produção que assume, sim, um caráter metafísico, mas está muito bem situada historicamente. Se para o primeiro, a ciência apreende como conceito o próprio automovimento do espírito no devir da história humana e mesmo para alguém dela, para o segundo, a ciência tem de se debruçar criticamente sobre um objeto-movimento posto – e que pode ser deposto – socialmente na história para apresentá-lo reconstrutivamente na forma do conceito.

Müller, cujo texto ilumina estas considerações, explica que a dialética para Hegel é o próprio método da razão que toma consciência de si, de seu próprio conteúdo e de sua própria história, por meio da ciência filosófica que ele próprio, agora (ou seja, no final do século XVIII e começo do século XIX), leva ao seu cume. E que para Marx, diferentemente, ela é um método crítico por meio do qual ele reconstrói o modo de ser e de se desenvolver da relação de capital e, assim, do sistema que a contém como um elemento dominante de todas as outras relações. Em consequência, em Marx, não há convergência necessária entre a exposição e o curso da história: em "*O capital*(...) a exposição enquanto método não é ela mesma, simultaneamente, nem o processo de constituição histórica dessa relação, nem o processo de sua reprodução enquanto sistema de produção capitalista" (Müller, 1982, p. 3).



Em consequência ainda, Marx valorizou ainda mais do que Hegel as verdadeiras conquistas da ciência normal, principalmente quando ela se mostrou capaz de ir além de uma apreensão instrumental dos nexos externos entre os fenômenos. Como se sabe, ele distinguiu claramente o método da investigação do método da exposição. O primeiro fora empregado sem plena consciência pela economia política clássica. Eis que por meio da análise das formas concretas, ela descobriu as determinações mais abstratas do modo de produção capitalista, abrindo assim o caminho para uma exposição dialética que quer apreendê-lo como totalidade.

O concreto, que se apresenta imediatamente à consciência como complexidade aparente, é “síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade”. E, como tal, torna-se necessariamente o “ponto de partida da intuição e da representação”. Mas essas formas de consciência são insuficientes para uma compreensão profunda do real. Eis que o concreto apenas pode ser bem apreendido pelo caminho da síntese: esta parte de determinações abstratas obtidas pela análise para chegar à “reprodução do concreto por meio do pensamento”. E essa reprodução consiste, para Marx, na exposição dialética do concreto real como concreto pensado, uma exposição que não se confunde com “o processo de gênese do próprio concreto”. “O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível”, isto é, por meio do “método teórico”. E este não busca refleti-la simplesmente, mas visa, mantendo a sociedade “continuamente presente como pressuposto”, apresentá-la como um sistema que se reproduz com os seus próprios meios lógicos (Marx, 2011, p. 54-55).

### **Fechamento**

As três demarcações apresentadas mostram algumas características centrais de certas correntes de pensamento que se enfrentam e que lutam entre si no campo da ciência do econômico. Porém, o que não se mostrou ainda é a origem ou a fundação dessas correntes na prática social. Ora, Horkheimer examinou extensa e profundamente essa questão ao distinguir comparativamente a teoria crítica e a teoria tradicional e ao remeter essa distinção ao modo como elas atuam na conservação, na reforma ou na transformação radical da sociedade (Horkheimer, 1975).

A teoria tradicional, numa primeira visada, parece corresponder *grosso modo* à teoria vulgar de Marx. Segundo Horkheimer, ela se esmera na formulação de proposições de caráter geral ou mesmo de sistema consistentes de proposições



desse tipo – princípios, leis, modelos – que catalogam e arquivam as conexões da experiência empírica. Trata-se de um tipo de desconhecimento que quer servir à prática reprodutiva dos agentes sociais, indivíduos e organizações, pois visa tão somente a conservação integral do existente ou a sua preservação mediante mudanças de pequena monta. Por isso mesmo, assume, em geral, a forma de sistemas teóricos que se caracterizam por ter sempre uma natureza hipotético-dedutiva. Estes sistemas estão destinados a produzir explicações dos fatos empíricos sobrevenientes no curso do desenvolvimento da sociedade, os quais podem aprová-la ou não. De qualquer modo, mantidos ou modificados de maneira adaptativa às circunstâncias cambiantes, eles têm de contribuir para produzir, reproduzir e gerenciar a sociedade, nos níveis micro e macrosocial, como se ela fosse uma grande máquina.

Em síntese, essa espécie de teoria, principalmente quando privilegia o seu caráter de saber instrumental, preocupa-se apenas com a reprodução da vida dentro da sociedade atual. E, como tal, ela nunca perquire a gênese dos fatos sociais, isto é, como eles são produzidos pela reiteração de determinadas relações sociais. Ao contrário, ela se põe argutamente como um saber de meios (não de fins), exterior (não imanente), positivo (não normativo) dos fenômenos sociais em geral. É evidente que esse paradigma de ciência tem versões mais brandas que não ignoram o seu próprio papel na prática social e que, por isso mesmo, querem contribuir para um desenvolvimento da sociedade que seja mais justo, mais civilizado. Nesse caso, costumam reivindicar o realismo porque querem se envolver até certo ponto com a crítica da sociedade atual.

A teoria tradicional, numa visada final, engloba, portanto, a teoria vulgar que se caracteriza por tratar o sistema econômico como a-histórico e a teoria econômica não conformista que admite o caráter histórico das relações de distribuição – mas não das relações de produção. De qualquer modo, em ambos os casos, vê-se, põe-se sempre como exterior ao objeto que investiga e representa – e não, portanto, como momento intelectual do processo social que, inclusive sob a sua orientação, seja esta conservadora ou reformista, meramente reproduz as estruturas existentes.

Horkheimer pensa a teoria crítica a partir da crítica da economia política, isto é, do conjunto das obras de Marx que originaram *O capital*. O que caracteriza sobretudo a teoria crítica é que sabe e preza o seu papel: “a teoria crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida” (Horkheimer, 1975, p. 163). E justamente por encarar o seu objeto sobretudo como formas sociais, que nascem, vivem e morrem, ou seja, que perduram apenas num certo tempo histórico, que se encontram em





processo de mudança enquanto existem, que ela vai apreendê-las por meio da exposição dialética.

A teoria crítica, nesse sentido, não quer apreender regularidades, formular hipóteses ou construir modelos sobre os funcionamentos do sistema econômico e, de modo mais amplo, da sociedade em geral – ainda que não despreze esse conhecimento, pois, em certos casos, ela os toma como ponto de partida. Eis que não se vê como um saber instrumental da prática reprodutiva. Ao contrário, aspira ir além do estado de alienação que embota a consciência dos agentes no modo de produção capitalista (Carrera, 2015). Quer produzir, por isso, um conhecimento que ensine aos trabalhadores e, na verdade, os seres humanos em geral como as estruturas existentes se mantêm, como elas se expandem e entram em crise, esclarecendo-os corretamente sobre a necessidade e a possibilidade de transformá-las. Ela se enxerga, por isso, como um “momento inseparável do esforço histórico de criar um mundo que satisfaça às necessidades e forças humanas” (Horkheimer, 1975, p. 164). A teoria crítica em geral, a crítica da economia política em particular, em suma, vê-se como o momento reflexivo da prática revolucionária: ela não quer apenas pensá-lo, mas preparar os seres humanos para transformá-lo.

### Referência bibliográficas

Badiou, Alain. *Sobre o conceito de modelo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1972.

Carrera, Juan I. Dialectics on its feet, or the form of the consciousness of the working class as historical subject. In: *Marx's capital and Hegel's logic*. Ed. Fred Moseley; Tony Smith. Chicago: Haymarket, 2015.

Hegel, Georg W. F. *A fenomenologia do espírito*. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Horkheimer, Max. *Teoria tradicional e teoria crítica. Filosofia e Teoria crítica* In: Os pensadores, vol. XLVIII. São Paulo: Editora Abril, 1975, p. 125-162 e p. 163-169.

Lavoie, Marc. *Post-Keynesian economics: new foundations*. Cheltenham, UK; Northampton: MA, USA: Edward Elgar, 2014.

Lawson, Tony. *Economics and reality*. London and New York: Routledge, 1997.

Keynes, John M. *The collected writings of John Maynard Keynes*. Vol. XIV: Activities 1940-1944. London: Macmillan, St. Martin's Press e Cambridge University Press, 1973.

Marx, Karl. *O capital – Crítica da Economia Política*. Livro I, volume 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *O capital – Crítica da Economia Política*. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.



\_\_\_\_\_. *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Müller, Marcos L. Exposição e método dialético em *O capital*. In: *Boletim Seaf*, nº 2, 1982.

Prado, Eleutério F. S. *Economia como ciência*. São Paulo: IPE/USP, 1991.

Ricardo, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Shaikh, Anwar. *Capitalism – competition, conflict, crises*. New York: Oxford University Press, 2016.